

CIDADE SENSÍVEL:
PATRIMÔNIO URBANO E ACESSIBILIDADE NO BAIRRO UNIVERSITÁRIO
UNIFESP – VILA CLEMENTINO, SÃO PAULO

SENSITIVE CITY:
URBAN HERITAGE AND ACCESSIBILITY IN THE UNIVERSITY NEIGHBORHOOD UNIFESP
– VILA CLEMENTINO, SÃO PAULO

Luciana Alem Gennari¹
Luciene Gomes²
Marcia Rocha Monteiro³

RESUMO

Este trabalho é um primeiro esforço de sistematização de questões pontuadas no âmbito das discussões do Grupo de Pesquisa “Arquitetura e Acessibilidade em Saúde”, do Mestrado Profissional “Tecnologia, Gestão e Saúde Ocular” da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em São Paulo, que atualmente envolve diferentes profissionais das áreas técnicas e da saúde. O texto tem o objetivo de trazer para o debate alguns elementos que demonstrem a necessidade de incluir novas abordagens para parametrizar as intervenções na cidade, do ponto de vista da diversidade funcional e das diferentes demandas de acessibilidades das pessoas. A interlocução interdisciplinar tem como ponto de convergência a cidade com seu patrimônio edificado, pensada e planejada para todos, e seus lugares mais sensíveis ao acolhimento.

A observação sobre as intervenções no Bairro Universitário Unifesp, São Paulo, consolidado como um Polo de Saúde da Cidade, como locus para promover um outro olhar e abrir este debate sobre a cidade e utilizando distintas fontes, tem como baliza a universalização do uso dos espaços através de condições equânimes de ir e vir, fundamental para acesso a outros direitos essenciais à vida humana.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Unifesp: *Campus* São Paulo; Vila Clementino (São Paulo).

ABSTRACT

This paper is the first effort to systematize issues raised within the scope of the discussions of the Research Group "Architecture, Accessibility in Health", of the Professional Master's Degree "Technology, Management and Ocular Health" of the Federal University of São Paulo (Unifesp), in São Paulo, which currently involves different professionals from the technical and health areas. The text aims to bring to the debate some elements that demonstrate the need to include new approaches to parameterize interventions in the city, from the point of view of functional diversity and the different accessibility demands of people. The interdisciplinary dialogue has as a point of convergence the city with its heritage, thought and planned for all, and its places that are most sensitive to reception.

KEYWORDS: Accessibility; Unifesp: Campus São Paulo; Vila Clementino (São Paulo city).

¹ Professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo (2005) e doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

² Doutora em Terapia Ocupacional com a tese intitulada "Análise dos conteúdos sobre acessibilidade e desenho universal nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e Terapia Ocupacional no Brasil". Mestrado em Terapia Ocupacional.

³ Professora Titular (aposentada) da Universidade Federal de Alagoas do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFAL. Doutorado em Ciências Humanas: História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, e Pós-doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP.

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista do patrimônio edificado, com ou sem seu valor reconhecido pelos mecanismos legais de preservação, a cidade de São Paulo é o suporte material da vida urbana constituídos nos diferentes tempos por premissas que, em maior ou menor grau, ressoam as necessidades específicas do conjunto de sua população. Esta é uma abordagem que privilegia os elementos de sua morfologia urbana, dentro daquilo que Lamas (2004) define como dispositivos organizadores do espaço físico, que tem como objetivo solucionar um conjunto de questões sociais dadas em períodos distintos pelos grupos que se apropriam desse espaço, utilizando modelos e técnicas disponíveis em suas diferentes épocas.

A transformação das estruturas sociais e a apropriação por elas das estruturas materiais envelhecidas tornam a questão da morfologia urbana, enquanto resposta a problemas da cidade, mais complexa. Isto porque essa materialidade está ligada a seus contextos, onde os mesmos elementos podem se articular de maneiras distintas, produzindo resultados diversos, dependendo das dinâmicas sociais, econômicas e culturais. A concepção formal caracteriza-se pela concretização dos aspectos dessa organização, passando por questões funcionais, quantitativas, qualitativas ou figurativas (LAMAS, 2004). Esse suporte material preexistente é geralmente tratado, na perspectiva histórica e na atribuição de valores que justifiquem sua manutenção ou sua substituição, através da construção de consensos circunstanciados pelas relações de apropriação e uso do solo urbano, ora escamoteando, ora evidenciando as disputas em torno das quais a cidade se constitui.

Sobre a produção social do espaço urbano, o modelo de urbanização de base capitalista consolidou ao longo do tempo premissas desiguais para o planejamento de nossas cidades (REIS FILHO, 1995; ROLNIK, 2003). Isso acarretou a construção de espaços excludentes, hostis e ininteligíveis para uma parte significativa de seus habitantes. Lugares cuja morfologia urbana se descola de sua morfologia social, na medida em que os sentidos atribuídos às estruturas materiais que permaneceram no espaço como testemunhos do processo histórico, de sua formação e consolidação urbana, não são pactuados com o conjunto da população. Dessa maneira, essa população, para quem essa história e esse patrimônio urbanos deveriam importar, consegue apreender e se apropriar da cidade com diferentes graus de dificuldade, a partir de suas próprias condições de inserção nesses contextos.

Esses matizes de apropriação e acesso territorial passam não apenas pelas condições econômicas e sociais do indivíduo, mas também por suas condições físicas e cognitivas. As cidades não têm sido por regra planejadas e construídas visando a atender a todas as pessoas

em suas especificidades. A história urbana brasileira, São Paulo não é exceção, demonstra que as cidades cresceram e se desenvolveram a partir de meados do século XIX fortemente influenciadas pelas premissas do mercado imobiliário (REIS FILHO, 1995; ROLNIK, 2003). Seu desenho privilegia, assim, a ideia de investimento e de circulação de capitais, se pautando nas regras estipuladas pela legislação urbanística para um aproveitamento otimizado do solo urbano visando o lucro. Disso decorre que esta cidade atende a padrões hegemônicos que historicamente não contemplam a determinados grupos, como idosos, crianças, gestantes, pessoas com baixa estatura nem a pessoas que apresentam diferenças funcionais físicas, neurológicas ou cognitivas⁴. Esse é o legado material que a cidade contemporânea recebe, com o qual precisa lidar e onde deve acomodar as novas demandas, inclusive legais, que surgem a partir das diferentes morfologias social e urbana que se apresentam no tempo presente.

A igualdade de acesso e o direito à cidade só entram na pauta política a partir do marco legal da Constituição de 1988, que reflete certo grau de amadurecimento de conquistas democráticas com a participação de seus cidadãos. Esse é um momento em que muitas áreas urbanas no país já estão consolidadas, mas seguem o processo de mudanças sucessivas do tecido urbano decorrentes de premissas mercadológicas que se apresentam a seu tempo, que estão respaldadas por planos urbanísticos realizados à mercê de interesses políticos e econômicos. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, com seus 39 municípios conurbados e cerca de 21,7 milhões de habitantes (IBGE, 2020), cada vez mais verticalizada e adensada, suas leis se aprimoram para dar conta da complexidade social e geográfica do ponto de vista do planejamento de grandes sistemas de infraestrutura intermunicipais, que se sobrepõem territorialmente aos marcos administrativos, e de suas governanças locais.

Mesmo com a incorporação de avanços no campo da gestão, como os princípios do planejamento participativo e da função social da propriedade urbana, regulamentados pela Lei Federal nº 10.227/2001 (Estatuto da Cidade), as camadas de intervenções e respectivos ordenamentos legais, ainda que mais complexos e, de certa forma, relativizados no direito de propriedade, seguem a mesma lógica de mercado de períodos anteriores. Esse redirecionamento que privilegia a apropriação da cidade pelo cidadão ainda não se faz sentir em parte significativa do território, uma vez que os contrastes sociais e as desigualdades entre segmentos populacionais continuam sendo reproduzidos e evidenciados na própria configuração do

⁴ Pereira (2009) chama a atenção, para o campo da saúde pública, que a designação “diversidade funcional” vem substituir o termo “deficiência” como uma terminologia mais adequada, que abandona a carga pejorativa e excludente atrelada à condição física. Segundo o autor, o termo foi apresentado em 2005 no Fórum de Vida Independente, na Espanha, com o intuito de implantar outra concepção sobre a condição que costumemente nos referimos como deficiência, já que a linguagem produz, modifica e orienta o pensamento. Dessa forma, a deficiência torna-se uma diferença funcional.

parcelamento do solo e dos arranjos territoriais mais amplos, tanto quanto no reconhecimento ou no acesso ao patrimônio urbano edificado e aos bens e serviços.

Ainda que importantes mudanças nos processos construtivos e tecnológicos estejam disponíveis de maneira cada vez mais rápida e diversificada, oferecendo a possibilidade de promover melhores condições de funcionamento, conforto e segurança para a população em geral, as transformações na infraestrutura edilícia e urbana, pelo porte e custo de sua materialização, não se consolidam com a mesma velocidade. Os problemas urbanos não foram superados, nem com os dispositivos legais e nem com a oferta de tecnologia apropriada para adaptação e melhoria dos espaços edificados e da qualidade de vida.

Transformar uma cidade excludente em suas estruturas sociais e materiais em uma cidade sensível e acessível às diferenças apresenta grandes desafios no âmbito do patrimônio edificado e de seus sistemas organizacionais. Há que se incorporar ao planejamento territorial profundas mudanças atitudinais, além de técnicas e legais, para romper com essa lógica excludente e especulativa, que preza antes pelo mercado do que pelo cidadão.

Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar ações recentes adotadas ou indicadas para acomodar algumas das necessidades apresentadas pelo público que circula e utiliza as estruturas do Bairro Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) desde 2019, quando foi aprovado o Plano Diretor de Infraestrutura (PDinfra) do *Campus* São Paulo (UNIFESP, 2018). O foco são as propostas que partiram da própria Instituição em diálogo com os projetos da Prefeitura de São Paulo para a área nos últimos anos. O debate sobre essas iniciativas tem o desafio de acomodar a teoria nos campos da Tecnologia Assistiva e do Desenho Universal a uma parte da cidade que, apesar de ter consolidada suas estruturas físicas, vem sofrendo alterações importantes no seu uso.

Para isso serão apresentados alguns aspectos da constituição do bairro da Vila Clementino, onde se encontra a Unifesp, *Campus* São Paulo, destacando, por um lado, seu patrimônio edificado e protegido por algum instrumento legal e, por outro lado, as estruturas materiais que compõem a paisagem, marcam o bairro, mas estão sujeitas às transformações da cidade. Será ainda tratada a questão da acessibilidade, do ponto de vista da diversidade funcional e do Desenho Universal (DU), nesse patrimônio edificado. Finalmente, serão elencadas algumas ações, efetivas ou descontinuadas, adotadas no bairro após seu reconhecimento como um Polo de Saúde da Cidade de São Paulo.

O tema deste trabalho surgiu das discussões do Grupo de Pesquisa “Arquitetura e Acessibilidade em Saúde”, do Mestrado Profissional “Tecnologia, Gestão e Saúde Ocular” da

Unifesp, que atualmente envolve arquitetos e urbanistas, engenheiros, designers, gestores, profissionais de tecnologia da informação e da área de saúde como oftalmologistas, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, tecnólogos em oftalmologia, especialistas em orientação e mobilidade e assistentes sociais, entre outros. A interlocução entre especialistas tem como ponto de convergência a cidade pensada e planejada para todos.

O espaço escolhido para esta abordagem é o Bairro Universitário da Unifesp, situado no Bairro da Vila Clementino, Distrito de Vila Mariana em São Paulo que se constituiu como um *campus* urbano e pólo de formação e assistência à saúde, evidenciando a necessidade de diálogo entre os diferentes atores e as diferentes esferas envolvidas num plano de melhoria para o local. A instituição está inserida na malha urbana da maior metrópole do país e sua dinâmica envolve cotidianamente fluxos intensos de usuários originários das mais diversas regiões inclusive do entorno e com os mais variados graus de necessidades, entre moradores, população assistida, profissionais, estudantes, pesquisadores, gestores públicos e investidores, prestadores de serviços entre outros usuários.

O conjunto dos edifícios da Unifesp, implantados de forma mais ou menos dispersa pela área da Vila Clementino, se integra à paisagem urbana e à sua história. Seu patrimônio edificado testemunha o processo de formação do bairro associado ao da própria instituição, incorporando diferentes camadas dessa construção social que se sobrepõe à morfologia. Embora não esteja protegido por nenhum instrumento legal, esse patrimônio contribui para o reconhecimento e o sentido de pertencimento e de lugar, tanto quanto para evidenciar o processo histórico e a consolidação urbana daquele excerto de cidade.

Neste sentido, este trabalho traz um esforço de reflexão congregando diferentes percepções e experiências, abrindo novos campos de pesquisas no grupo em prol da qualidade dos espaços compartilhados por todas as pessoas, visando a uma cidade sensível às demandas individuais, mas que se apresenta neste contexto de forma coletiva. Esta análise parte da cidade consolidada e seu patrimônio do ponto de vista da universalização do uso dos espaços e do compromisso legal de promover condições equânimes, considerando que o direito de ir e vir é condição para o acesso a outros direitos fundamentais para a vida humana. Como metodologia buscamos cruzar diferentes fontes, como dissertações e teses das diferentes áreas envolvidas, planos e leis, usando o Bairro Universitário como observatório de experiências promovidas nas últimas décadas em distintas gestões em torno da temática do Bairro Amigo do Idoso e como *locus* para promover um outro olhar e abrir este debate sobre a cidade acessível para todos.

2 A CIDADE E SEU PATRIMÔNIO URBANO

O processo de urbanização a partir da segunda metade do século XIX foi marcado pela reorganização territorial, pautado pelo modelo de provimento de infraestrutura urbana financiado pelo capital privado e pela diversificação do mercado imobiliário. Esse processo foi viabilizado por uma política hipotecária e de abertura de novas linhas de crédito, possibilitando que investidores privados de diferentes perfis, com grande ou pequeno capital, pudessem aplicar recursos em imóveis para uso próprio, venda ou aluguel (BRITO, 2008). Como consequência, muitas áreas no entorno dos centros adensados, que antes eram ocupadas por grandes propriedades e chácaras, foram sendo paulatinamente subdivididas em lotes menores, ligados ou não às novas redes de infraestrutura, e ocupadas por prédios edificadas por iniciativa de particulares com usos variados, com predominância do residencial.

Essa urbe em expansão também se distinguia em suas diferentes partes. Os novos loteamentos ganhavam contornos físicos e sociais próprios, ora com uso exclusivo, ora com uso marcadamente misto, onde dividiam o mesmo espaço moradia, comércio, serviços e diferentes modalidades de indústrias. A higiene pautou a normatização dessa cidade que crescia, se adensava e se transformava, ao mesmo tempo em que a legislação urbana foi se tornando cada vez mais complexa. Desde os anos 1920 os códigos de obras vão se aprimorando e oficializando o que Rolnik (2003) aponta como a base das regras modernas de planejamento, que seria a associação do parcelamento (arruamento) com o uso e a ocupação do lote.

É também quando os bairros em processo de adensamento começaram a ganhar fisionomia própria, determinando contornos pelos quais seriam reconhecidos e celebrados no tempo presente, influenciando, juntamente com a questão fundiária, os limites administrativos que se impõem para controle e fiscalização. Até a primeira metade do século XX o crescimento e o adensamento da cidade se caracterizaram por uma ocupação predominantemente horizontal, quadro que mudaria a partir dos anos 1950, quando se iniciou também o processo de metropolização de São Paulo. Foi o período em que os bairros começaram a se verticalizar e a área central se sagraria como o local de concentração das atividades bancárias, financeiras, de serviços e comerciais (RODRIGUES, 2013).

O processo de ocupação do eixo sul da cidade de São Paulo seguiu esse encadeamento. Os bairros que ali se formaram foram constituídos com significativas parcelas de investimento privado no mercado imobiliário associado a obras de infraestrutura urbana. A formalidade e a informalidade na produção social do espaço urbano formaram enclaves e fronteiras imagéticas, onde a noção de bairro se imbrica hoje na divisão administrativa para gestão municipal.

Enquanto os distritos são instituídos por lei (Lei nº 11.220/1992), os bairros são definidos “[...] a partir de identidades comuns em relação a aspectos socioeconômicos, culturais e religiosos reconhecidas por seus moradores e usuários” (Lei nº 16.050/2014), sendo um elemento importante para os planos de gestão territorial. A Vila Clementino, tanto quanto a comunidade Mário Cardim ou a Chácara Klabin, que são parte do Distrito de Vila Mariana, se inserem nessa ideia. Nestas áreas, o conjunto do patrimônio edificado configura seus espaços e delimita uma cartografia social desenhada por paisagens afetivas, modificada e caracterizada pela presença dos diferentes grupos e pela dinâmica de usos desses espaços.

Os bens oficialmente preservados da região da Vila Mariana e Chácara Klabin dão o tom dos processos históricos privilegiados e materializados pelos instrumentos de preservação oficiais que, junto com a cidade que se dinamiza, sedimenta marcos desses períodos (Figura 1). São eles (RODRIGUES, 2013):

- Área da antiga Chácara Klabin;
- Conjunto de edifícios do antigo Matadouro de Vila Mariana;
- Casa Modernista;
- Teatro João Caetano;
- Imóveis da Rua Berta;
- Instituto Biológico;
- EE Marechal Floriano;
- Marco Quilométrico da Vila Mariana.

A cidade produzida a partir de pressupostos econômicos é uma cidade que exclui constantemente e em ciclos. Mesmo que algumas questões sejam hoje tematizadas, contempladas e reguladas por leis, tornando em tese os espaços mais inclusivos e compassivos, enquanto os interesses econômicos se sobrepujarem às questões sociais sempre haverá exclusão, fronteiras e rupturas. Estado e setor privado dividem a responsabilidade pela constituição de áreas numa dinâmica regulada por leis gerais e levada a cabo por ações particulares que conferem na somatória uma paisagem fragmentada e deformada pelo paulatino apagamento das estruturas materiais afetivas. Como lembra Rodrigues (2013, [p. 12]), “a constante renovação do espaço, vista como signo de progresso, fez de São Paulo uma cidade onde, continuamente, se rompem paisagens fixadas na memória”.

Figura 1. Vila Clementino, com a situação do *Campus* da Unifesp São Paulo

Fonte: Google Earth®, 2021 [data da imagem: 03/06/2021]

3 A VILA CLEMENTINO E O BAIRRO UNIVERSITÁRIO

A Vila Clementino, onde hoje se encontra a Unifesp, *Campus* São Paulo, faz parte do antigo distrito da Vila Mariana, cujos limites chegavam outrora até o município de São Bernardo do Campo e tinha a antiga denominação de “a Colônia”, uma vez que a área pertencia a então Colônia da Glória (CARVALHO, 2019). De acordo com Carvalho (2019), existem algumas hipóteses sobre a origem da Vila Mariana, no entanto dois fatores foram fundamentais para impulsionar o processo de urbanização da região: a instalação do Matadouro Municipal em 1887, que funcionou durante 40 anos antes de ser desativado, e da Estrada Carris de Ferro a Santo Amaro, cujas obras foram iniciadas em 1883. Posteriormente, a Fábrica de Fósforos, primeira da província, também viria a se somar aos principais elementos que fomentariam o mercado imobiliário local e que acelerariam o processo de urbanização da região (CARVALHO, 2019).

Taunay (1952) lembra que a instalação do matadouro, juntamente com o aumento das linhas de transportes e novos estabelecimentos fabris, compôs um rol de melhoramentos para o que ele chamou de “progresso” para a cidade de São Paulo nas últimas décadas do Império. Para a região da Vila Mariana, significaria também a aceleração do processo de ocupação, retalhamento e adensamento das antigas propriedades ali localizadas, entre sítios, chácaras e fazendas, que ainda guardavam características rurais. Vale lembrar que Lemos (1989, p. 93) chamou a atenção para o fato de que a palavra “chácara” neste período muitas vezes se referia

a “[...] lote de terreno um pouco maior que os demais e afastado do centro [...]” e que essas chácaras nada mais eram que moradias cercadas de pomares e roseiras.

A pesquisa de Carvalho (2019) revela que a origem das terras da Vila Clementino remonta à Fazenda Garapoava, cujo levantamento das terras data de 1893. Seu loteamento foi proposto com traçado simétrico e reticulado e instalado nas terras devolutas disputadas pelos herdeiros de Jesuína Justina Mariano Peruche e os de Antonio Alfredo Mariano. Isso coloca o início do processo de adensamento da região sob a égide do Código de Posturas Municipal de 1886, cujo esforço era o de regulamentar e disciplinar os espaços públicos e privados, que seriam produzidos com as novas possibilidades técnicas disponíveis para as construções e com as novas determinações no campo sanitário. As leis a partir de então iriam dispor sobre o controle de aspectos como altura e alinhamento de fachadas, construções e logradouros, dimensões de envasaduras, áreas mínimas de ambientes, larguras mínimas de escadas e corredores e aspectos de caráter sanitarista, como a necessidade de iluminação e ventilação diretas em todos os cômodos. O tamanho dos lotes propriamente não era determinado pela legislação, ficando a critério de loteadores e donos de terrenos.

Essa estrutura urbana dada a partir dos novos loteamentos retalhavam a cidade de modo a otimizar sua ocupação propondo o adensamento horizontal para especular com a terra urbana. Os lotes tinham dimensão prevista para que esses espaços recebessem construções de tijolos, que, mesmo cumprindo os preceitos sanitários, ocupavam uma área menor, e que estivessem ligadas às redes de infraestrutura urbana em expansão na cidade de forma acelerada, estabelecendo os eixos de valorização. Entretanto, se de um lado os novos edifícios não precisariam mais contar com o trabalho escravo, que era responsável não apenas pelo serviço doméstico, mas também pelo abastecimento e limpeza (esgotamento sanitário), por outro lado a estrutura urbana decorrente das propostas dos novos loteamentos ainda estava muito presa ao esquema medievo-renascentista do período colonial, com lotes estreitos na testada e de grande profundidade (REIS FILHO, 1995). A Vila Clementino tem uma geometria mais ou menos reticulada, com traçado regular e ligado às vias estruturais da cidade. Suas quadras e lotes foram dimensionados para receber construções econômicas destinadas majoritariamente à moradia.

De fato, o uso desses loteamentos foi predominantemente residencial e voltado aos setores médios paulistanos, que passaram a ocupar locais servidos de infraestrutura, concentrando as condições para reprodução do trabalhador urbano, como acesso ao trabalho, comércio e prestação de serviços. De acordo com Barbosa (2001), esse uso residencial prevaleceu até meados do século XX, com o aumento, até a década de 1970, da incidência de

comércio e serviço, mantendo as edificações com baixo gabarito. O processo de verticalização se acelerou nas décadas seguintes, sobretudo após a inauguração da Estação Santa Cruz do metrô (Linha 1), em 1974, quando o primeiro metrô do país iniciou sua operação entre o trecho Jabaquara – Vila Mariana (METRO, 2018). A partir dos anos 2000 houve grande pressão do mercado imobiliário sobre a área, impulsionada pelo incremento da Unifesp e pelas obras de ampliação do metrô, interligando a Estação Santa Cruz à Estação Hospital São Paulo (Linha 5) inaugurada em 2018. Isso levou o município a discutir, desde os primeiros anos do século XXI, novas estratégias para o uso e a ocupação do solo da Vila Clementino, revendo índices de adensamento e discutindo novos instrumentos para o desenvolvimento urbano da região.

A Vila Clementino faz parte hoje do Distrito de Vila Mariana, zona sul da cidade de São Paulo. Seu perímetro é definido pelos seguintes logradouros: Praça Soichiro Honda, Rua Sena Madureira, Largo Senador Raul Cardoso, Rua Gandavo, Rua Dr. Mário Cardim, Rua Pedro Morganti, Rua Coronel Lisboa, Rua Sena Madureira, Rua Domingos de Moraes, Rua Luis Góis, Rua das Lilás, Rua Guapiaçu, Rua José Maria Whitaker, Rua Luis Góis, Av. Rubem Berta, Av. Professor Ascendino Reis até Praça Soichiro Honda (Figura 1). Desde a década de 1930, os diversos edifícios que fazem parte da Unifesp, *Campus* São Paulo, originalmente da Escola Paulista de Medicina, foram se instalando nesse perímetro e esse foi um importante dispositivo para o processo de urbanização e de planejamento local, como a extensão de linhas de bonde do Largo Ana Rosa até as imediações da atual Estação Santa Cruz do metrô ou mais tarde diversos itinerários de linhas de ônibus da capital e a implantação de três corredores de ônibus nas imediações (LOPES, 2016).

O bairro concentra muitos serviços de saúde, a maioria vinculada à Unifesp e à Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), fundação mantenedora do Hospital São Paulo, que em 2010 ocupavam juntas 270 imóveis espalhados por uma área de 170 hectares (KEHDI, 2010). Até recentemente, integravam o patrimônio da Unifesp 140 edificações⁵, entre imóveis alugados, próprios, conveniados e parcerias. São 19 edifícios de até 16 andares e os demais são casas de dois pavimentos, distribuídas por 19 logradouros do bairro (LOPES, 2016). De 2016 até o presente houve significativa redução de prédios ocupados em função da gestão de patrimônio e redução de custos (Figura 2).

⁵ Vale lembrar que a dinâmica urbana do *campus* altera seu quadro em um intervalo de tempo relativamente curto. Esse quadro é dado a partir de um levantamento feito em 2016 (LOPES, 2016), com a ressalva de que até a aprovação do Plano Diretor de Infraestrutura (PDInfra) do *campus* São Paulo e os anos seguintes, Higa (2021) chama a atenção para o fato de que dezenas de imóveis alugados tiveram que ser devolvidos.

Figura 3. Edifício da EPM e do HSP na Vila Clementino em 1948, com o entorno ainda pouco adensado e a presença das casas seriadas que marcam ainda hoje a paisagem do bairro



Fonte: Unifesp & EPM, 2021, [s.p.]

Figura 4. Edifício da EPM e do HSP na Vila Clementino em 2021, com a permanência da estruturação fundiária, já indicada na Figura 1.



Fonte: Google Earth©, 2021.

O *campus* São Paulo está intrinsecamente inserido na malha urbana da cidade (Figura 4). Esse fato somado à pressão do mercado imobiliário pelo adensamento vertical, atraído pela grande oferta de equipamentos públicos urbanos instalados na região, fizeram com que desde os anos 1980 a Vila Clementino fosse objeto de estudos urbanos específicos. Em 1982, a EPM elaborou o Plano Geral de Desenvolvimento Físico da Escola Paulista de Medicina (EPM/MEC, 1982), norteado por conceitos de verticalização, flexibilização, aproveitamento dos espaços horizontais para novos edifícios e padronização construtiva atendendo às legislações e

tecnologias vigentes, visando diretrizes para realocação de usos, racionalizar futuras reformas e manutenções.

Seus estudos consideraram o momento social, urbano, político e econômico, a trajetória histórica da Instituição e seu patrimônio humano e material, a localização geográfica estratégica na malha urbana, favorecendo o atendimento à população em ambulatórios, centros de saúde, pronto socorro, hospitais e outros, as perspectivas de crescimento e o caráter dinâmico das atividades de ensino, pesquisa e assistenciais na área de saúde, bem como a tendência de adensamento e verticalização do bairro e as possibilidades de negociar imóveis dispersos e terrenos para remanejar usos e concentrar atividades afins, tendo em vista os custos e a necessidade de racionalizar atividades e pessoal, modernizar ambientes e instalações e o acesso aos serviços (EPM/MEC, 1982).

Em 2006, a Prefeitura Municipal de São Paulo, sob a gestão de Gilberto Kassab, considerando a relevância da Unifesp e em parceria com a universidade, lançou a proposta de criação de um “Bairro Universitário”, com previsão de instalar equipamentos e serviços e remodelar a circulação com dispositivos de acessibilidade, bem como readequar os fluxos e revisar as linhas de transportes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2007). Um dos desdobramentos foi a criação do Grupo de Trabalho do Bairro Universitário (GTBU) que em 2010 apresentou um estudo preliminar para a região (HIGA, 2021).

Em 2019 foi aprovado o Plano Diretor de Infraestrutura (PDInfra) do *campus* São Paulo (UNIFESP, 2020; 2018), trabalho iniciado dois anos antes sob coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento (ProPlan), da Direção e Departamento de Infraestrutura e da Comissão do PDInfra do *Campus*, com a participação de docentes, técnico-administrativos e discentes da EPM e da EPE e executado pela empresa MPS Engenharia (UNIFESP, 2019). Esse Plano foi composto por cinco planos temáticos: Política de Imóveis; Estudos Preliminares das Edificações; Desenho Urbano, Mobilidade e Acessibilidade; Regularização de Imóveis; e Plano Sustentável, além do plano de investimento (UNIFESP, 2020; HIGA, 2021).

O terceiro ponto, que trata de Desenho Urbano, Mobilidade e Acessibilidade, contempla um plano que olha o *campus* dentro da cidade. Isso significa que todas as propostas, como a de calçadas, ciclovias ou travessias, se alinhavam com as que a cidade tem para sua macro escala (HIGA, 2021). Elas olham, não apenas a estrutura interna da quadra, mas ela conectada com a cidade e suas redes, integrando o planejamento institucional com o planejamento municipal. Em termos de patrimônio edificado, as casas, que foram construídas num contexto em que o bairro recebia sua população residente e hoje são utilizadas como parte dos equipamentos do

Campus, são tratadas de modo a garantir a universalidade em seu acesso, do ponto de vista da Pessoa com Necessidades Especiais (PNE), não apenas no campo da mobilidade, mas também incluídos outros tipos, como baixa visão.

Sobre as estratégias para uso dos imóveis, o PDInfra traz uma base de dados que reúne informações sobre o município, sobretudo relativas a seu Plano Diretor, e sobre as condições locais, como georreferenciamento das estruturas e levantamento planialtimétrico das quadras no entorno do complexo de saúde. Isso permite propostas, por exemplo, que privilegiam locais mais planos para o atendimento de pessoas com dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida, como centro de longevidade, ortopedia etc. (HIGA, 2021).

A Vila Clementino foi ainda o local escolhido para dar efetividade ao Programa São Paulo Amigo do Idoso e ao Selo do Amigo do Idoso, instituídos pelo Decreto Estadual nº 58.407/2012 e que tem por objetivo dar efetividade a ações relacionadas ao conceito do envelhecimento ativo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e desenvolver boas práticas voltadas aos idosos. O Comitê do Bairro Amigo do Idoso na Vila Clementino foi instituído em 2019 pela Subprefeitura Vila Mariana em parceria com a EPM e a escolha do local deveu-se ao fato desta área ter um contingente elevado de pessoas idosas⁶, além de a EPM ser um centro de referência em ações voltadas a essa população (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019a).

4 ACESSIBILIDADE E PATRIMÔNIO EDIFICADO

O PDInfra tem como princípio o direito à cidade, que traz inúmeras questões urbanas envolvendo o ideal de uso igualitário das cidades para os cidadãos, reflexões sobre o acesso universal e como isso impacta as relações das pessoas com esse espaço integrado por diferentes camadas já construídas e em contínua transformação. Atender a diversidade de públicos é esperado em um país democrático, assim como proporcionar oportunidades para qualquer indivíduo exercer seu direito de ir e vir, reconhecendo a necessidade da promoção de políticas de caráter abrangente.

Segundo Nonato (2011), a cidade cumpre sua função quando adota políticas mediante as quais a sociedade em geral, o meio urbano, os transportes, os serviços de saúde e educação, as dependências de trabalho, os locais de lazer, cultura e esportes tornam-se acessíveis. Uma política pública se formula, conforme Botelho (2007), a partir do diagnóstico de uma realidade,

⁶ Nessa área há um contingente elevado de pessoas idosas sob o acompanhamento da EPM/Unifesp através do Centro de Estudos do Envelhecimento, que é pioneiro em pesquisa de uma coorte de idosos residentes no país, desde os anos 1990, sendo um centro de referência.

o que permite a identificação de seus problemas e demandas, tendo como meta sua solução e o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar, cabendo então o planejamento que permita a intervenção eficaz no sentido de alterar o quadro atual.

Entende-se, nesse sentido, a urgência de se direcionar o olhar para as cidades, tantas vezes excludentes, a partir da acessibilidade. Nas últimas décadas, os conceitos sobre acessibilidade foram associados às "Pessoas Com Deficiência" (PCD), termo adotado no Brasil após a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 1981. O documento resultante dessa convenção foi retificado pelo Decreto nº 6.949/2009, desencadeando avanços significativos na elaboração de leis e normas.

Em 1985, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou a primeira norma visando eliminar barreiras físicas no meio urbano, a ABNT/NBR 9050 sob o título "Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente", denominação alterada na revisão de 1994 para "Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos" (ABNT, 1994). O termo acessibilidade constou da legislação brasileira a partir do Decreto nº 10.098/2000, regulamentado pelo Decreto nº 5.296/2004, direcionando critérios para projetos de arquitetura e urbanismo, comunicação e informação de transporte coletivo e execução de obras públicas ou de uso coletivo. Em 2004, a ABNT alterou o título da norma para "Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos"⁷, mantido nas demais revisões 2015, 2020 e de 2021 (BRASIL, 2000; ABNT, 2004; 2015; 2020).

Outro marco importante na busca por cidades planejadas para além de um "homem padrão" foi a Lei nº 13.146/2015 ou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabeleceu programas de construção de moradias e melhorias nas habitações, saneamento básico, passeios públicos, mobiliário urbano e espaços de uso público com requisitos para atender necessidades básicas e a diversidade que caracterizam os seres humanos. De modo geral, as normativas técnicas que tangem essa questão têm seus direcionamentos ampliados de forma a abranger pessoas com mobilidade reduzida, principalmente sob pressão de segmentos populacionais, para regulamentar direitos adquiridos e consolidar avanços sociais como o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, onde a acessibilidade é mencionada.

⁷ Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – NBR 9050/2004 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Destaca-se que os marcos legais estabelecem direitos e políticas de Estado. Já as normas são desdobramentos dessa legislação, como a já referida NBR 9050/2004, que norteia projetos de arquitetura e urbanismo, entre outras fundamentais como a NBR 16.537 “Acessibilidade – Sinalização Tátil no Piso – Diretrizes para Elaboração de Projetos e Instalação” ou a NBR 14.020 “Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso”.

Sasaki (2010) apresenta outros conceitos de acessibilidade por entender que sua abrangência não envolve apenas os aspectos físicos dos espaços. São eles: Acessibilidade comunicacional, sem barreiras nas comunicações interpessoal, escrita e virtual; Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de ação comunitária e de educação dos filhos; Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida diária e de lazer, esporte e recreação; Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, regulamentos e normas; Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas para convivência na diversidade humana e quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

A questão é abrangente e complexa e mesmo grupos identificados pelas dificuldades de mobilidade, como obesos, gestantes, pessoas com nanismo e crianças, são pouco mencionados ou excluídos em legislações e normativas. Essa lacuna reforça a importância de ampliar o olhar para o Desenho Universal (DU) que se constituiu uma referência fundamental para consolidar a acessibilidade. Segundo Dischinger e Mattos (2002), o DU não foi uma tendência de projeto, mas uma postura fundamental para promover o uso por todos os usuários.

As origens desse conceito remontam aos padrões adotados pelo *Americans with Disabilities Act* (ADA) em Design sem Barreiras em acomodações e ambientes mais acessíveis para as pessoas com deficiências, nos anos 1950. O crescimento desses movimentos sob o olhar da indústria no pós-guerra para públicos diversificados, considerando a busca por produtos mais adaptados e ambientes menos restritivos, levou países como Japão, Estados Unidos e nações europeias a participarem de conferência na Suécia, realizada em 1961, desencadeando o movimento *Barrier Free – Design* (ou Projeto Livre de Barreiras) em 1963, que constituiu uma comissão para estudar projetos de equipamentos, edificações e áreas públicas para uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Essa experiência trouxe um novo olhar sobre as cidades e soluções para reduzir ao máximo as barreiras arquitetônicas (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 8). Os estudos evoluíram para a concepção de “*Universal Design*”, mudando paradigmas na arquitetura e

design (CAMBIAGHI, 2007). A expressão foi cunhada pelo arquiteto Ron Mace como conceito de projetar e construir produtos ou ambientes para ser utilizável na maior medida possível, por todos⁸.

No Brasil adotou-se o termo Desenho Universal (DU) contextualizado a partir de sete princípios: 1) Uso equitativo (espaços e equipamentos sem segregação para pessoas com habilidades diversas); 2) Flexibilidade no uso (habilidades individuais conforme suas preferências e necessidades); 3) Simples e intuitivo (espaços e equipamentos de fácil compreensão, independente da condição, capacidade, linguagem ou nível de concentração dos usuários); 4) Informação perceptível (comunicação necessária, independentemente das condições do ambiente e habilidades); 5) Tolerância ao erro (minimizar riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais); 6) Baixo esforço físico (espaço ou equipamento eficiente e confortável para todas as habilidades, minimizando fadiga); 7) Tamanho e espaço para aproximação e uso (espaços e equipamentos com dimensões – acesso, alcance, manipulação e uso, apropriadas ao tamanho do usuário, à postura e mobilidade) (CONNELL et al., 1997). Segundo (CAMBIAGHI, 2007), esses princípios devem ser aplicados não somente na avaliação de espaços e produtos existentes e orientar os novos, mas também na formação e capacitação de arquitetos, designers e profissionais na área de construção civil e desenvolvimento de produtos⁹.

O DU foi introduzido no Brasil com discussões e legislações específicas e pontuais, sendo disseminado e inserido na ABNT/NBR 9050 após o IV Seminário Ibero-Americano de Acessibilidade ao Meio Físico, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1994, com a presença do Arquiteto Edward Steinfeld, diretor do *Center for Inclusive Design and Environmental Access* (IDeA) da Universidade de Buffalo, EUA (CAMBIAGHI, 2007).

As questões apontadas trazem à luz a responsabilidade e urgência social de se refletir e ampliar conceitos de acessos aos espaços e lugares e seus equipamentos de forma interdisciplinar e aprofundá-los a partir da diversidade de variáveis que envolvem as necessidades funcionais e as escolhas dos usuários. A cidade pode ser um lugar de acolhida e integração e essa busca experimentada em todos os campos de conhecimento com difusão de temas sobre acessibilidade e DU e interlocução entre pesquisadores, profissionais e usuários.

⁸ Segundo The Center Universal desing. About Ron Mace. Disponível em: <http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_us/usronmace.htm>.

⁹ Carta do Rio dispõe que: “2. Concebemos o Desenho Universal como gerador de ambientes, serviços, programas e tecnologias acessíveis, utilizáveis equitativamente, de forma segura e autônoma por todas as pessoas – na maior extensão possível – sem que tenham que ser adaptados ou readaptados especificamente, em virtude dos sete princípios que o sustentam.

Nesse sentido, a acessibilidade pode ser vista como condição para destituir (ou amenizar) as barreiras em suas múltiplas dimensões e, embora esteja associada na legislação brasileira a grupos específicos de pessoas, ela possibilita que outras possam ser beneficiadas por sua adoção (GOMES, 2019). Esse conceito, que vai além da eliminação de barreiras físicas, pode ser atrelado à “Acessibilidade Emocional” que abarca toda a ambiência que envolve o usuário do lugar (DUARTE & COHEN, 2012).

5 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO BAIRRO UNIVERSITÁRIO

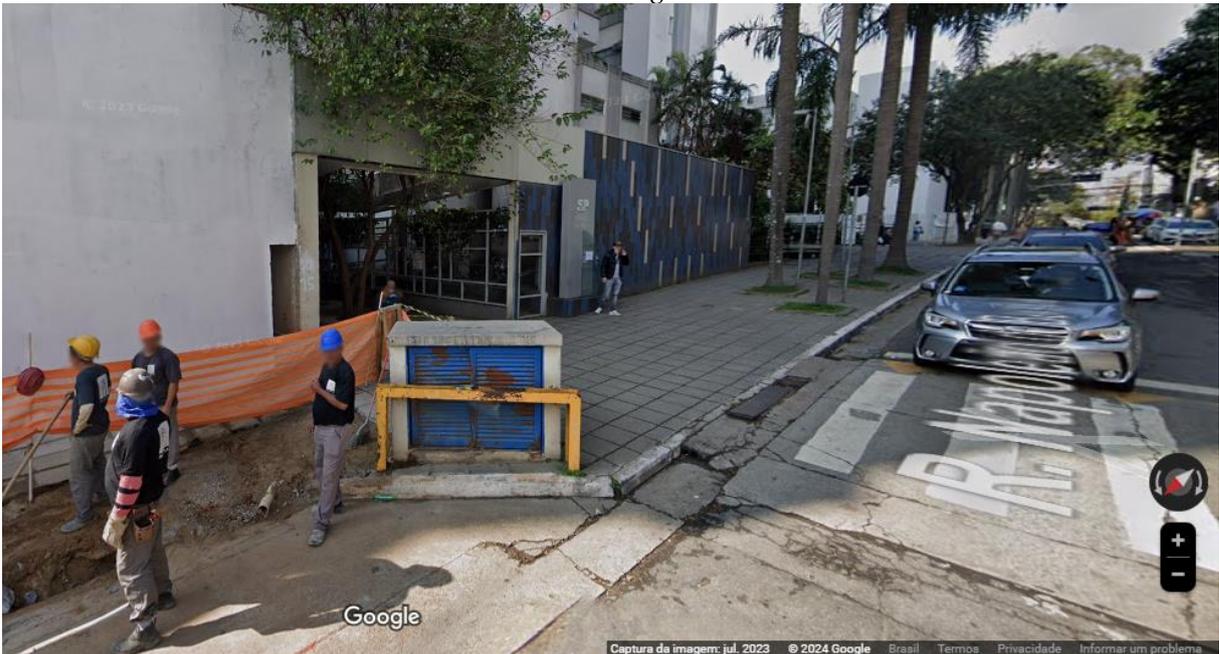
A proposta de instituição do Bairro Universitário da Unifesp, com a elaboração do PDInfra, no âmbito urbano, praticamente se restringiu a atenção às calçadas, cujas intervenções ocorreram dentro de outros programas institucionais promovidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Isso porque os investimentos para a revitalização das áreas urbanas foram destinados à manutenção de calçadas públicas e privadas para o estabelecimento de rotas acessíveis aos hospitais do *Campus*, a partir do reconhecimento de que seu público prioritário seria a população idosa usuária dessa estrutura de saúde.

O reconhecimento da Vila Clementino com o Selo do Amigo do Idoso em 2012 foi o fechamento de um processo iniciado quatro anos antes através do diálogo entre prefeitura, parlamentares e o Centro de Estudos do Envelhecimento (CEE) da Unifesp, vinculado ao Departamento de Medicina Preventiva. O Projeto Bairro Amigo do Idoso se baseou na iniciativa Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde, apresentando como proposta o levantamento de carências e de intervenção em áreas públicas (BAIRRO AMIGO DO IDOSO, 2016). O objetivo do projeto era criar “[...] redes integradas de atenção à pessoa idosa de serviços de saúde, sociais, educação, lazer e cultura, além dos serviços de zeladoria como é o caso das calçadas acessíveis e permeáveis” (NATALINI, 2020). Ele foi retomado em 2019 com a criação do Comitê do Bairro Amigo do Idoso pela Subprefeitura de Vila Mariana para promover ações regionalizadas e dar efetividade ao Programa São Paulo Amigo do Idoso e ao Selo do Amigo do Idoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2019b).

A Subprefeitura da Vila Mariana desde 2018 fazia obras de requalificação de passeios públicos, no âmbito do Plano Emergencial de Calçadas (PEC), instituído pela Lei Municipal nº 14.675/2008, com a definição das rotas emergenciais no Município de São Paulo do Decreto nº 58.845/2019, que visava a mobilidade universal associada ao sistema de transporte público em áreas de concentração de serviços geradoras de maior circulação de pedestres, a Vila Clementina foi incluída. No entanto, as intervenções materiais no espaço público não

avançaram para as vias que interligam os dois eixos principais nem para outras áreas do projeto, ficando limitadas à implementação de pisos intertravados durante a gestão de Gilberto Kassab (2006-2013) e, mais recentemente, na gestão Bruno Covas (2018-2021), a sua substituição por calçadas com placas de concreto e pisos direcionais táteis. Essas ações não chegaram a ser incorporadas como diretrizes no Plano Diretor, ficando restritas a um Programa de Governo.

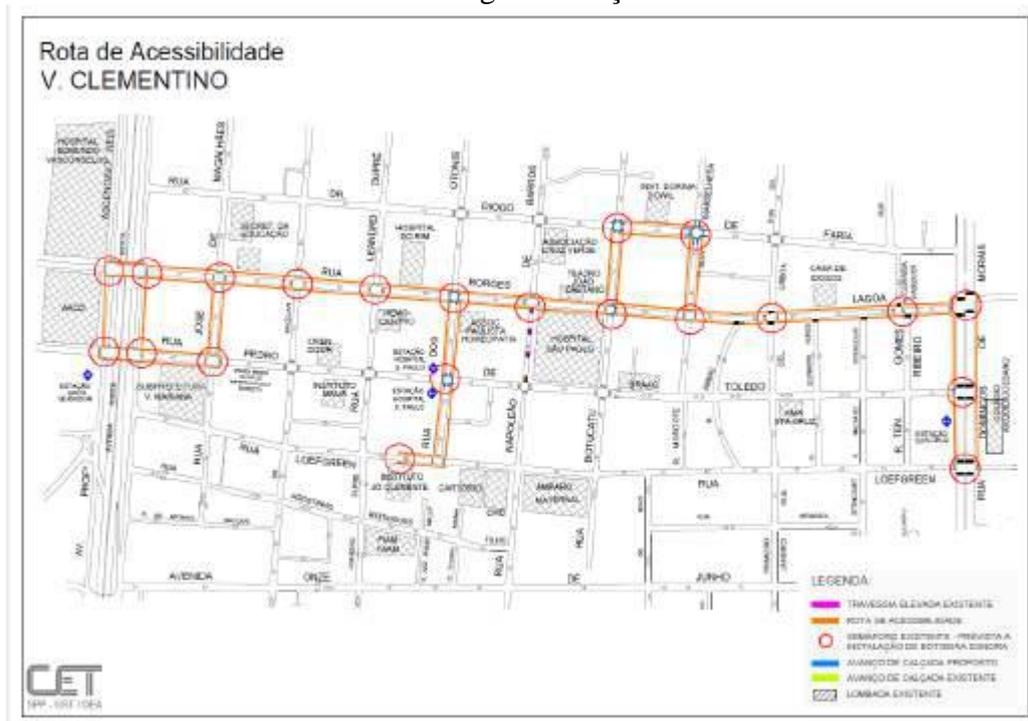
Figura 5. Rua Napoleão de Barros (transversal à vias principais da rotas emergencial), em frente ao Hospital São Paulo, mostrando a reforma da calçada e um dispositivo de *Traffic Calming*



Fonte: Google Street View©, 2023

A Vila Clementino faz hoje parte do Projeto Piloto do Plano de Metas 2021-2024 de Rotas Acessíveis, que são trajetos “[...] entre estações de transporte público e polos de interesse das pessoas com deficiência visual, como instituições que atendem esse público, hospitais, serviços públicos [...]” etc. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020). Os pontos de interesse elencados contemplam as Linhas do metrô 5 - Lilás, 1- Azul, o Shopping Santa Cruz e o Hospital São Paulo, tendo como eixo principal a Rua Pedro de Toledo (Figura 6).

Figura 6. Rota de Acessibilidade da Vila Clementino na Fase 1, observando os pontos estratégicos de ação



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2020

As ações intramuros da Unifesp através do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que se expandiu para os demais *campi*, ampliaram o acolhimento de estudantes e trabalhadores com necessidades especiais e demandas diversificadas por transportes, residência, alimentação, além de equipamentos e acessórios tecnológicos para bibliotecas, laboratórios, salas de aula, suporte necessários à comunicação nas plataformas e aos processos de ensino-aprendizagem para o acesso e a permanência na Instituição.

Na última década, houve entrega de grandes obras novas e melhorias em edifícios do *Campus* São Paulo, como o Hemocentro, Pesquisa II, alas do Hospital São Paulo e em outras unidades do complexo hospitalar reformadas pela SPDM, mais recentemente a conclusão do Hospital Universitário II (HUII), onde estão os ambulatórios que funcionavam em várias casinhas espalhadas pelo bairro e do Restaurante Universitário (RU), totalmente reformado. Nos últimos anos, as intervenções ficaram circunscritas a adaptações pontuais dos edifícios da Unifesp, como banheiros, circulações escadas sinalizadas e com corrimões ou rampas portáteis a depender da disponibilidade de recursos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o bairro da Vila Clementino na perspectiva da Acessibilidade Emocional recoloca sua complexidade histórica e identitária para o planejamento de sua estrutura urbana de maneira mais sistêmica e transdisciplinar. A experiência das discussões no âmbito do Grupo de Pesquisa “Arquitetura e Acessibilidade em Saúde”, do Mestrado Profissional “Tecnologia, Gestão e Saúde Ocular” da Unifesp lançou o desafio de se pensar a cidade para as distintas etapas e condições de vida através de propostas de reorganização física e tecnológica da cidade, seus lugares e serviços no que se poderia chamar de “reabilitação” de espaços existentes.

Se a noção de inclusão aqui tratada, dada através das diferentes modalidades de Acessibilidade e dos princípios do DU, se apresenta urgente para a cidade como um todo, para a complexa realidade da Unifesp, *Campus* São Paulo é uma questão premente para qualquer proposta de intervenção. A cidade sensível almejada, que propõe um modelo mais justo e aberto à população, se apresenta como uma possibilidade real e factível, quando é discutida dentro dos diferentes campos dos conhecimentos, mediada pela tecnologia assistiva e inovações em curso na perspectiva de cidades inteligentes e levando-se em conta os processos históricos de conformação do lugar e sua população.

A presença do *campus* São Paulo da Unifesp, pulverizada na área da Vila Clementino, é uma força motriz para a dinâmica local. Ela se insere no tecido urbano em instalações físicas e sistemas de infraestrutura, funcionando em diferentes tipologias de edifícios, que são testemunhos da história do bairro e compõem sua paisagem. Ela capitaneia em seu entorno imediato usos que estão ligados a seu funcionamento, ao mesmo tempo em que é um polo regional de ensino e assistência à saúde. A prevalência de interesses mercadológicos na formação da cidade, sem aplicação de medidas e investimentos que viabilizem a circulação de forma mais ampla e para públicos mais diversificados, pode impactar quantitativa e qualitativamente o funcionamento dos espaços públicos, o provimento de meios de acesso a estes e dificultar a sua apropriação pela população.

A Unifesp vem promovendo a expansão e modernização de suas instalações de ensino, laboratoriais, administrativas e assistenciais, próprias ou de entidades associadas, além daquelas destinadas à produção de dados, acervos bibliográficos e documentais, através de aquisições e locações de lotes e edificações, disponíveis nos quadriláteros em seu entorno. O que se encontra entre seu patrimônio edificado decorre dessa dinâmica de demandas sociais, relacionadas aos serviços de saúde e educação, aos interesses comerciais percebidos e produzidos por setores terciários e ao mercado imobiliário.

Tornar a cidade mais universal, para além de uma pauta de compensação social, implica avançar no campo mais sensível em relação ao diferente, transpor barreiras de acessibilidade, buscar alternativas entendendo a importância da interdisciplinaridade e aprimorar o diálogo para se olhar e intervir sobre a cidade. Isso requer compatibilizar os arranjos espaciais que se sobrepõem às novas demandas, as formas de apreensão da cidade e de apropriação pelos seus cidadãos, incluindo a questão do patrimônio edificado, seja ele reconhecido e protegido por lei ou não.

Entretanto, as camadas de intervenções justificadas como melhorias urbanas não conseguiram até o momento, promover a inclusão democrática dos segmentos populacionais. Ressaltando que qualquer intervenção está sujeita a revisões contínuas que demandam ininterruptamente a superação tecnológica e de questões básicas para a qualidade de vida do cidadão, como acesso aos serviços de saúde e educação, a espaços de convivência cultura e lazer, incorporando de maneira mais ampla e diversificada outros usuários dos serviços e da cidade.

Além disso, deve ser levada em conta a recente experiência coletiva com a pandemia de Covid-19, que vem escancarando as diferenças do acolhimento da cidade e do acesso das pessoas a determinadas partes, abrindo novas frentes para se discutir os espaços democráticos e o direito à cidade. Isso decorre do fato de a pandemia ter colocado em xeque a forma e o funcionamento das relações entre as pessoas, as instituições, a cidade e seus mecanismos, gerando pontos de inflexão sobre a forma em que os diferentes profissionais atuam em seus campos de conhecimentos, com o desafio de trazer outras perspectivas para o cotidiano da cidade em torno da doença, cujas sequelas ainda desconhecemos, e pensar seu impacto social.

Diante desse contexto, é preciso auscultar as formas de associação das pessoas com os espaços e dos espaços com seus lugares – cidade sensível – levantando a questão se essa cidade, em suas distintas escalas, tem capacidade para responder às diferentes demandas: é possível acolher no espaço urbano esses corpos? A cidade hoje invisibiliza parte da população, que não tem o direito a ocupar certas partes do espaço urbano, porque ela não comporta as diferenças (de idade, de mobilidade, de sensibilidade etc.). Assim, faz-se necessário ampliar as discussões interdisciplinares, aproximando áreas técnicas e da saúde em torno de políticas públicas, pautando esse diálogo em como esse patrimônio edificado pode receber as novas demandas de cidadãos mais sensíveis à inclusão universal aos espaços da cidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **NBR 9050**: Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente. Rio de Janeiro, 1984.

_____. **NBR 9050**: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BAIRRO AMIGO DO IDOSO. **Educação e Território**, [s.l.], 22/11/2016. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/experiencias/bairro-amigo-do-idoso/>>. Acesso em: 10/4/2024.

BARBOSA, E. **Evolução do uso residencial na área central do município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de construção Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BOTELHO, L. (org.) **Estudos e Análises**. Informação Demográfica e Socioeconômica 6. Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais. Grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 22/9/2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 29/7/2021.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 14/6/2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 29/7/2021.

BRITO, M. S. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano**: São Paulo, 1890–1911. São Paulo: FAU/USP, 2008.

CAMBIAGHI, S. S. **Desenho Universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CARLETO, A. C.; CAMBIAGHI, S. S. **Desenho Universal**: Um conceito para todos, 2008. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 25/11/2018.

CARLI, S. P. “Moradias inclusivas no mercado habitacional brasileiro”. In: PRADO, A. R. de A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (org.). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

CARVALHO, C. C. V. A. **Cenas de uma capital em expansão**: aspectos da urbanização da Vila Mariana em São Paulo (1890–1914). São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

CONNELL, B. R. et al. **Universal Design Principles**: The Center for Universal Design Environments and Products for All People. Raleigh: NC State University, The Center for Universal Design, 1997. Disponível em: <https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_ud/udprinciplestext.htm>. Acesso em: 10/7/2021.

DISCHINGER, M.; MATTOS, M. Compreendendo o Desenho Universal: Elaboração de Página Interativa didática para Alunos de Arquitetura. In: XII Seminário de Iniciação Científica da UFSC, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. **Acessibilidade e Desenho Universal**: Fundamentação e revisão bibliográfica. Relatório técnico do Núcleo Pró–acesso, Rio de Janeiro, UFRJ, 2012.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA (EPM/MEC). Plano Geral de Desenvolvimento Físico da Escola Paulista de Medicina 1982. EPM: São Paulo, 1982.

HIGA A. H. **Bairro Universitário e ações do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Unifesp**. São Paulo, 2021. (Apresentação para o Grupo de Pesquisa Arquitetura e Acessibilidade / Unifesp).

KEHDI, P. “SMDU assina protocolo com Unifesp para criar Bairro Universitário na Vila Clementino”. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. “Prefeitura vai criar 'Bairro Universitário' na Vila Clementino”. In: **Cidade de São Paulo**: Subprefeituras. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=17308>>. Acesso em: 20/6/2021.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LANCHOTI, J. **Critérios de desempenho da mobilidade no espaço urbano construído como avaliadores da cidade acessível**: o caso de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado em Departamento de Projeto Universidade de São Paulo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LEMOS, C. A. C. **Alvenaria burguesa**: breve história da arquitetura residencial em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1989.

LOPES, J. A. G. **Projeto de acessibilidade em passeios públicos do entorno do Hospital São Paulo e do Edifício do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da Unifesp, Campus São Paulo (SP)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Oftalmologia e Ciências Visuais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 2016.

LUCIO, C. C.; PASCHOARELLI, L.C. **Usabilidade e acessibilidade de equipamentos médico hospitalares**: Um estudo de caso com pacientes obesos. Design e Ergonomia Aspectos Tecnológicos. Paschoarelli, L. C.; MENEZES, M. S. (org.) São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

METRO – Companhia do Metropolitano de São Paulo. “Linha do Tempo”. In: **METRÔ: 50 anos de realizações** marcadas pelo pioneirismo, pela inovação e qualidade na prestação do serviço de transporte público. São Paulo: METRO, 2018. Disponível em: <<http://50anos.metrosp.com.br/index.php/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 20/6/2021.

NATALINI, G. “Vila Clementino será um bairro Amigo do Idoso”. **Vereador Gilberto Natalini**. São Paulo, 20/02/2020. Disponível em: <<https://natalini.com.br/vila-clementino-sera-um-bairro-amigo-do-idoso/>>. Acesso em: 02/4/2024.

NONATO, D. N. Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. **Revista Jurídica Orbis**. [s.l.], v. 2, n.2, p 138–164, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/view/69/69>>. Acesso em: 10/7/2021.

PEREIRA, R. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem–padrão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n. 3, jul.-set. 2009, pp. 715–728.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. “Prefeitura vai criar 'Bairro Universitário' na Vila Clementino”. In: **Cidade de São Paulo**: Comunicação. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=130759>>. Acesso em: 20/6/2021.

_____. SUBPREFEITURA VILA MARIANA. “Subprefeitura Vila Mariana institui Comitê do Bairro Amigo do Idoso”. In: **Cidade de São Paulo**: Subprefeituras. São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/vila_mariana/noticias/index.php?p=100466>. Acesso em: 27/7/2021.

_____. SUBPREFEITURA VILA MARIANA. “Subprefeitura Vila Mariana institui o Comitê do Bairro Amigo do Idoso”. In: **Cidade de São Paulo**: Subprefeituras. São Paulo, 2019b. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/subprefeitura-vila-mariana-institui-o-comite-do-bairro-amigo-do-idoso#:~:text=O%20bairro%20da%20Vila%20Clementino,relevante%20experi%C3%A2ncia%20no%20atendimento%20m%C3%A9dico>>. Acesso em: 10/4/2024.

_____. **Rotas Acessíveis**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/mobilidade/2%20Rotas%20Acessiveis_compressed.pdf>. Acesso em: 10/4/2024.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

RODRIGUES, M. **Programa patrimônio e referências culturais nas subprefeituras**. São Paulo: PMSP / SMC / DPH, 2013. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/VilaMariana_web_1392057750.pdf>. Acesso em: 24/6/2021.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TAUNAY, A. E. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. “Sobre o *Campus*”. In: **Campus São Paulo**. São Paulo: Unifesp, 2018. Disponível em: <<https://sp.unifesp.br/o-campus-sao-paulo/sobre-o-campus>>. Acesso em: 20/6/2021.

_____. “*Campus São Paulo aprova Plano Diretor de Infraestrutura que orientará seu crescimento nos próximos 20 anos*”. In: **Boletim da Reitoria**. São Paulo: Unifesp, 2019. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/boletins-antiores/item/4197-campus-sao-paulo-aprova-plano-diretor-de-infraestrutura-que-orientara-seu-crescimento-nos-proximos-20-anos>>. Acesso em: 24/6/2021.

_____. “Plano Diretor de Infraestrutura Campus São Paulo. Aprovado em sessão conjunta do Conselho de Campus e Congregações da EPM e EPE em 3.12.19, no Coplad em 31.03.20 e no Consu em 11.11.20”. São Paulo: Unifesp, 2020.

_____; EPM – Escola Paulista de Medicina. “História da Fundação à Federalização da Escola Paulista de Medicina (EPM) documentada”. In: **Escola Paulista de Medicina: últimas notícias**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://sp.unifesp.br/epm/ultimas-noticias/historia-da-fundacao-epm-documentada>>. Acesso em: 24/6/2021.